

## **As mulheres rurais e o seu papel na inclusão produtiva rural: o caso do Projeto Dom Helder Câmara nos estados do Ceará e Pernambuco**

*Rural women and their role in rural productive inclusion: the case of the Dom Helder  
Câmara Project in the states of Ceará and Pernambuco*

Mireya Valencia Perafán

<http://lattes.cnpq.br/8785032377154468>

<https://orcid.org/0000-0003-0236-9154>

Giuliana Cadorin

<http://lattes.cnpq.br/8086694915487061>

<https://orcid.org/0000-0002-2750-3201>

Mario Ávila

<http://lattes.cnpq.br/9088430726723968>

<https://orcid.org/0000-0003-4631-5932>

DOI: 10.18829/2317-921X.2024.e54711

### **RESUMO**

O engajamento de grupos de mulheres na execução do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) foi significativa em três campos principais: segurança alimentar e nutricional, a vinculação a mercados com a venda de produtos agroecológicos e a gestão do conhecimento. Isso foi possível pela determinação de mulheres que pelo apoio de uma rede importante de organizações não governamentais na região semiárida do Brasil e o financiamento pelo MDA e pelo FIDA, receberam serviços de assistência técnica e extensão rural. De igual forma, evidenciou-se a coordenação entre atores da região e a articulação de instrumentos de política que favoreceram alcançar os objetivos propostos, sob o guarda-chuvas do PDHC. No artigo descrevem-se as ações que foram executadas pelas mulheres, o alcance das mesmas, seus desafios e perspectivas, bem como possíveis caminhos para ampliar esse tipo de experiência para o desenvolvimento sustentável nos territórios da região semiárida do Nordeste brasileiro.

**Palavras-chave:** Mulheres; segurança alimentar e nutricional; inclusão produtiva; sustentabilidade

## ABSTRACT

The involvement of women's groups in the implementation of the Dom Helder Câmara Project (PDHC) was significant in three main areas: food and nutrition security, links to markets with the sale of agroecological products and knowledge management. This was possible by the determination of women who, with the support of an important network of non-governmental organizations in the semi-arid region of Brazil and funding from the MDA and IFAD, received technical assistance and rural extension services. Likewise, the coordination between actors in the region and the articulation of policy instruments that favored achieving the proposed objectives under the PDHC umbrella were highlighted. The article describes the actions carried out by the women, their scope, challenges and prospects, as well as possible ways to expand this type of experience for sustainable development in the territories of the semi-arid region of northeastern Brazil.

**Keywords:** Women; food and nutrition security; productive inclusion; sustainability

## INTRODUÇÃO

O inquérito nacional sobre a insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid – 19, realizado pela Rede PENSSAN (2022), constatou que a desigualdade de acesso aos alimentos é maior nos domicílios rurais, sendo a insegurança alimentar grave (IA grave) de 18,6%, (valor maior do que a média nacional). Essa desigualdade manifesta-se, também, em termos geográficos, aparecendo com maior força nas regiões Norte e Nordeste (25,7% e 21% de IA grave, respectivamente).

Há uma convergência de desigualdades ao analisar os dados da IA. A fome estava presente em 43% das famílias com renda per capita de até ¼ do salário mínimo, assim como em aquelas famílias que tinham mulheres como responsáveis ou a pessoa de referência se denominava de cor preta ou parda (Rede PENSSAN, 2022).

Somados aos dados da IA, as informações sobre a pobreza no Brasil são, igualmente, desalentadoras. Num lapso de um ano (entre 2020 e 2021), 11 milhões de pessoas caíram na pobreza, e desses, 6,3 milhões ficaram na pobreza extrema, se deparando, a cada dia, com a falta de comida (IMDS, 2022). Como acontece com os dados da insegurança alimentar, a incidência da pobreza nas áreas rurais é maior que a incidência nas áreas urbanas (36,6% por 20,1%, respectivamente). De novo, esses dados sobre o número de pobres no Brasil concentram-se nas regiões Norte e Nordeste (36,4% e 39,7%, respectivamente) (IMDS, 2022).

A variação da incidência da pobreza na Região Nordeste, entre os anos 2020 e 2021, foi de 9,4%, comparada com os cinco pontos percentuais de variação no Brasil. Quando observados especificamente os estados de Pernambuco e Ceará, o aumento na incidência da pobreza entre 2020 e 2021 foi de 8,8 pontos percentuais para o caso de Pernambuco (de 35,1 a 43,8) e 7,4 para o caso de Ceará (de 26,6 a 34,0) (IMDS, 2022).

Os analistas apontam a pandemia da Covid-19 como uma das causas desse quadro de pobreza, mas é importante mencionar que antes da crise econômica e sanitária causada pela Covid, no meio rural a pobreza atingia a 52% da população rural e 15% vivia em situação de pobreza extrema (Favareto et al, 2021). No Brasil, entre os anos 2004 e 2013 houve uma reversão importante dos índices de insegurança alimentar, tanto que levou o país a sair do mapa da fome, mas essa trajetória teve um retrocesso, conforme evidenciado pelo inquérito citado.

A precariedade desses indicadores para a maioria dos lares brasileiros cria um maior número de bloqueios, desafiando, ainda mais, o desenho de estratégias que ajudem a reverter essa situação e garantir a inclusão produtiva pelos caminhos da segurança alimentar e nutricional e do acesso a mercados, bem como pelo acesso a bens e serviços que melhorem seus meios de vida.

Apesar deste panorama desalentador, é possível identificar experiências que, apesar de poucas e dispersas, carregam um conjunto importante de lições que podem ensinar sobre práticas e atitudes que ajudaram a contornar esses bloqueios e garantir o alimento de suas famílias e de outras famílias próximas a suas propriedades. Isso, graças à produção diversificada de alimentos em suas parcelas, assim como à geração de renda pela venda de seus produtos em mercados locais.

Estes casos, que podem ser chamados de exitosos, convertem-se numa oportunidade para a aprendizagem por terem diminuído a pobreza e os números de Insegurança Alimentar, e são mais ainda relevantes ao serem liderados por mulheres cujas famílias foram apoiadas com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no marco da segunda fase do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC).

O PDHC II, financiado e apoiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), é coordenado no período de 2016 a 2022 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Foi implementado em mais de 900 municípios com o objetivo de reduzir os níveis de pobreza e de desigualdades no Semiárido brasileiro,

---

qualificando os produtores para que desenvolvam uma produção sustentável, estimulando a replicação de boas práticas.

O Programa teve como eixo central a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), articulando-a com as demais políticas públicas voltadas para o meio rural com o objetivo de incrementar e fortalecer a estruturação produtiva e as formas de convivência com o Semiárido. Um dos aspectos relevantes desse projeto foi estabelecer alianças estratégicas com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) mediante a contratação de 27 empresas públicas e entidades privadas, nos 11 estados de atuação do projeto. Somada a essa parceria, destaca-se a articulação com o Ministério da Cidadania (2016-2022), hoje Ministério de Desenvolvimento Social, para que aproximadamente 30% dos beneficiários do PDHC II recebessem, além de ATER, recursos do Programa Fomento Rural para realizar investimentos produtivos. A ATER do PDHC II foi realizada mediante contratação de 27 empresas públicas e entidades privadas, nos 11 estados de atuação do projeto.

Para além da ação da assistência técnica e a oferta de recursos não reembolsáveis para a estruturação dos projetos produtivos o PDHC II apoiou esforços para sistematizar e registrar as boas práticas, aprendizados e experiências com o objetivo de melhorar a eficiência, a credibilidade e a eficácia do desenvolvimento rural promovido pelo PDHC II e pelo FIDA. Essas iniciativas foram contempladas no âmbito do Componente de Gestão do Conhecimento do PDHC II que visava expandir processos, ferramentas, tecnologias e modelos de desenvolvimento rural favoráveis às famílias em situação de vulnerabilidade.

Os casos exitosos foram caracterizados pelo desenvolvimento de boas práticas e inovações desenvolvidas por uma família ou grupo de indivíduos que ajudam a enfrentar os desafios do semiárido gerando impactos positivos nas condições de vida da família e/ou da população local que vive em condições de subsistência. A melhoria das condições de subsistência pode ser evidenciada pelo aumento dos rendimentos, diversificação da produção, conservação dos recursos naturais (tangível) e/ou por resultados positivos em aspectos como a igualdade de gênero, inclusão social e política (intangíveis). Entende-se que a experiência bem sucedida deve permitir escalar lições e aprendizados que possa ser inspiração para outras famílias e comunidades, com exemplos práticos que possam ser adaptados em outros contextos.

Dentre as experiências estudadas encontram-se as lideradas por mulheres nos municípios de Orobó e Vertente do Lério em Pernambuco e Quixadá no Ceará. As ações de ATER oferecidas pelas ONGs Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá e o Centro de Estudos e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA) favoreceram o protagonismo das mulheres no bem estar de suas famílias e suas comunidades, como também fortaleceram a autonomia, princípio valorizado por elas como um dos principais resultados de sua participação nos projetos desenvolvidos nas comunidades rurais desses municípios.

Essas experiências foram selecionadas no escopo das ações realizada pelo projeto Monitora UnB parceria técnico-científica entre a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Fundação Universidade de Brasília (FUB) por meio do Centro de Gestão e Inovação na Agricultura Familiar (CEGAFI) da Faculdade Planaltina. O objetivo do Projeto foi monitorar, avaliar e oferecer suporte para a coordenação e a articulação de políticas públicas e inovações ligadas à assistência técnica e extensão rural e ao enfrentamento da pobreza e desigualdade rural no marco do PDHC II. O monitoramento e avaliação dos projetos de ATER pelo Monitora UnB permitiu identificar como altamente promissoras para a inclusão produtiva e redução da insegurança alimentar as experiências acompanhadas pelo CETRA e o Centro Sabiá, critério que favoreceu a escolha dessas iniciativas para sua sistematização e divulgação.

Este artigo pretende relatar essas experiências, na voz de suas protagonistas, e, trazer à luz informações levantadas pelo Projeto Monitora da UnB<sup>1</sup>, lições e recomendações que possam contribuir com projetos que visem à redução da pobreza e da fome nos espaços rurais brasileiros. A sessão a seguir discute a relevância da geração de autonomia para as mulheres participarem ativamente dos processos de inclusão produtiva. Nas duas seções seguintes descrevem-se os casos, as lições e aprendizagens, para encerrar o texto com uma série de recomendações na pretensão de incidir em políticas públicas.

---

<sup>1</sup> O projeto “Avaliação e monitoramento do Projeto Dom Hélder Câmara – Monitora UnB/SEAD” tem por objetivo monitorar, avaliar e dar suporte para a coordenação e a articulação de políticas públicas e inovações ligadas a assistências técnica e extensão rural e ao enfrentamento da pobreza e desigualdade rural no escopo da Fase II do PDHC, alcançando 11 estados brasileiros.

## **1. Mulheres, autonomia e inclusão produtiva**

São necessárias políticas públicas que favoreçam a inclusão produtiva de mulheres. Para isso é importante levar em consideração que esse processo da inclusão vincula, necessariamente, o fortalecimento da autonomia dessas mulheres, a oferta de incentivos para a participação delas em espaços de decisão, a melhoria e diversificação de seus sistemas produtivos, a estruturação de mercados para a venda de sua produção e a possibilidade de contar com alimentos saudáveis para suas famílias.

No estudo publicado em 2006 por Silva e Portella sobre a divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro, as autoras fazem um diagnóstico social e econômico, nada promissor, sobre as condições das trabalhadoras rurais. Além de limitações comuns ao conjunto de famílias de agricultores no Nordeste, como a pequena extensão de terras, a baixa qualidade do solo e a reduzida capacidade de investimento, somam-se outras dificuldades que aprofundam os problemas enfrentados pelas mulheres (Silva e Portella, 2006).

No mesmo estudo, as autoras descrevem o baixo acesso a instrumentos formais para a geração de renda, as condições precárias da moradia que aumentam a sobrecarga de trabalho das mulheres, como os riscos de adquirir doenças pelo fato das moradias serem utilizadas, também, como curral e armazém nas épocas de boa safra. As relações de trabalho são dominadas pelos homens, sendo eles que tomam as decisões sobre o quê produzir, o quê comercializar e como usufruir da renda. Dessa forma, a autonomia das mulheres é reduzida ou, até impedida. Um ponto chave, destacado por Silva e Portella (2006), é o restrito acesso das mulheres à capacitação técnica, principalmente pelas diversas tarefas que ficam sob sua responsabilidade, além do controle masculino que limita suas possibilidades de participação no espaço público. Para as pesquisadoras referidas, as trabalhadoras rurais estão submetidas a uma carga de trabalho que “se impõe quase como uma totalidade sobre o tempo de vida” (Silva e Portella, 2006, p.143).

A situação encontrada por Silva e Portella (2006) nas sete comunidades estudadas localizadas em sete estados nordestinos evidencia o cotidiano de mulheres que trabalham de forma permanente, com uma multiplicidade de tarefas que são vistas como responsabilidade exclusiva delas, “num continuum do trabalho produtivo com o reprodutivo” (Silva e Portella, 2006, p.136). Embora existam numerosas experiências que mostram o sucesso dos processos de auto-organização das mulheres para vencer essas

condições de precarização na divisão sexual do trabalho, ainda se responsabiliza as mulheres pelos cuidados da casa e da família (Jancz e colaboradoras, 2018).

Outras pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho ensinam que as tarefas desempenhadas na horta ou o cuidado dos pequenos animais não são extensão das tarefas domésticas e sim atividades que fazem parte do trabalho e são fundamentais para a “sustentação da vida” (Jancz *et al.* 2018, p. 18). A análise feita por Hillenkamp (2021) sobre o papel das mulheres na transição ecológica e social serve para pensar que é possível uma abordagem da economia desde o ponto de vista não mercantil, baseada nos princípios de reciprocidade, de redistribuição e de produção para o próprio consumo.

Em termos práticos, a organização feminista *Sempreviva* (SOF, 2016) propõe três ações como indispensáveis para promover a autonomia econômica feminina e que permitem que as mulheres possam ter maior controle sobre seu próprio trabalho. São eles a produção, a comercialização e a organização das mulheres. Para a SOF é fundamental que sejam desenvolvidas estratégias de comercialização que possam ir além da venda do produto e que articulem o autoconsumo, as trocas, as feiras e os grupos de compra, assim como o acesso a políticas de compras públicas.

A organização coletiva facilita a capacidade de venda e o poder de negociação das mulheres, a diversificação dos lugares de venda ou uso dos produtos gerados, permite diversificação de clientes, bem como diminui o risco de focar numa única fonte de renda (Jancz *et al.* 2018). As mesmas autoras destacam a relevância de melhorar o acesso desses grupos a informações que lhes permitam conhecer mais não apenas sobre aspectos produtivos, mas também sobre preços, quantidades e condições de venda. Trabalhos como o publicado em 2021 sobre as Cadernetas Agroecológicas (Rody e Telles, 2021) ressaltam a importância da ATER, mas que seja “específica, inclusiva e comprometida com a realidade das mulheres” (Rody e Telles, 2021, p. 24). Na mesma linha, o estudo realizado pelo Projeto Ação Coletiva Comida de Verdade (ACCV, 2022), recomenda garantir a assistência técnica para produção orgânica e agroecológica considerando as especificidades produtivas, sociais, ecológicas e culturais de atores envolvidos como as mulheres.

A segurança alimentar e nutricional das famílias e das comunidades está relacionada com a produção econômica não monetária das agricultoras. Esse fato deve ser reconhecido pelo Estado e pela sociedade, implementando políticas públicas direcionadas para essas agriculturas (Telles e Alvarenga, 2021). Políticas públicas

direcionadas às mulheres diminuem a assimetria de gênero e contribuem para melhorar os ativos das mulheres e sua possibilidade de ocupar espaços, inclusive aqueles com algum poder de decisão, dentro dos estabelecimentos produtivos, bem como fora deles (Favareto, 2021). É necessário reconhecer as mulheres como sujeitos produtivos e destacar sua importância nos processos de transição agroecológica (Jalil, 2022). Ao ganhar autonomia financeira elas poderão, sem dúvida, decidir sobre o quê produzir, como produzir e a qualidade dos alimentos que oferecem para suas famílias, como também as liberta de relações opressoras e lhes oferece novas experiências de vida (Favareto, 2021).

Na prática agrícola as mulheres compartilham, no processo de “aprender fazendo”, seus conhecimentos, os quais circulam e são constantemente renovados a partir das relações sociais (Weitzman *et al.*, 2021). Para Jancz *et al.* (2018), olhar para as práticas econômicas das mulheres rurais vai além da venda na feira. Essas práticas estão vinculadas à qualidade de vida e aos alimentos saudáveis (Jancz *et al.* 2018), evidenciando a relação que elas estabelecem com a vida e com um desenvolvimento em bases sustentáveis.

Na perspectiva discutida por Favareto e Carneiro (2017), o apoio a grupos de mulheres deve buscar diminuir as privações dos elementos que são “constitutivos de suas vidas e que possibilitam (e limitam) suas conquistas e desejos” (Favareto e Carneiro, 2017, p. 16), correspondendo ao que o economista Amartya Sen define como *functionings*. Entre eles podem ser mencionados “ter respeito próprio, tomar parte na vida da comunidade” (Sen, 1996, p. 56), e assim por diante. Essas ações contribuem para que as mulheres se sintam reconhecidas e valorizadas como sujeitos de direitos, ampliando possibilidades de escolhas.

As mulheres estão envolvidas num amplo leque de papéis dentro dos sistemas alimentares, desde a produção e o processamento até o varejo e consumo (Quisumbing *et al.*, 2021), mas a relevância de sua participação nas atividades produtivas é timidamente reconhecida. Dados do ano 2012 indicam que, das 42 horas de carga global do trabalho das mulheres rurais no Brasil, somente eram remuneradas 14 horas, comparada com as 37 horas pagas aos homens (FAO, 2017). Ainda falta muito a ser percorrido para superar a desigualdade de gênero nos espaços rurais, no entanto, como relatam Jancz *et al.*, (2018), existem experiências que mostram o sucesso dos processos de auto-organização das mulheres para vencer essas condições de precarização na divisão sexual do trabalho.

## **2. Os casos dos grupos de mulheres no Agreste de Pernambuco e no Sertão Central em Ceará**

### **2.1 Território do Agreste em Pernambuco**

O município de Orobó fica localizado no território do Agreste Setentrional de Pernambuco, sendo predominantemente rural com um importante fluxo entre o campo e a cidade (Paulo e Wanderley, 2006). Dos 22.878 habitantes do município, 14.645 (64%) são população rural (IBGE, 2017). Conta com 1.846 estabelecimentos da agricultura familiar (AF), dos quais 575 são conduzidos diretamente por mulheres e 725 por homens (IBGE, 2017). Em codireção pelo casal há 523 estabelecimentos. Restam 22 estabelecimentos que são conduzidos, conforme o Censo Agropecuário de 2017, através de um encarregado ou pessoa com laços de parentesco com o mesmo proprietário titular. Somado a esses dados do Censo Agropecuário de 2017, chama a atenção que, do total de AF, 22% nunca frequentaram a escola e 92% não tinham recebido serviços de ATER até aquele momento.

Os três anos de serviço de ATER oferecido pelo Centro Sabiá em parceria com o PDHC a quatro mulheres desse município gerou mudanças significativas em seus sistemas produtivos e ampliou as oportunidades para vender os produtos *in natura* ou processados. As quatro mulheres entrevistadas relataram como, durante sua infância e juventude, trabalharam em atividades domésticas e no cuidado do quintal. Os homens da família desempenhavam atividades na lavoura ou saíam trabalhar fora de casa.

Duas delas são irmãs, naturais de algum lugar na Paraíba. Moram próximas uma da outra e provém de uma família de nove irmãos. Desde crianças trabalham na roça e gostam muito da agricultura. O irmão mais velho teve a oportunidade de estudar e foi trabalhar fora da propriedade. Depois elas casaram e vieram da Paraíba para Orobó em Pernambuco. Antes de conhecer o PDHC, trabalhavam na roça e o excedente doavam para os vizinhos ou forneciam para os animais. Em seus quintais não trabalhavam com muitos produtos. Geralmente aproveitavam a madeira que o marido cortava – buscando ampliar a lavoura – para vendê-la como carvão.

A mais nova do grupo de Orobó mora com a mãe e ajuda na roça desde criança. Em um período, passavam dificuldades e ela foi morar um tempo no Rio de Janeiro, onde a vida foi ainda mais difícil. Quando regressou começou a receber a assessoria técnica pelo Centro Sabiá, o que, segundo seu relato, mudou sua vida. Faziam a farinha de

mandioca e vendiam, até que um dia a técnica lhe sugeriu que fizesse beiju. Apesar dela não confiar em sua capacidade para prepará-lo e vendê-lo, animou-se e foi adiante. Hoje, todas confirmam, é o melhor beiju do município. Recebe encomendas e faz outro tipo de produtos utilizando a farinha de mandioca. Nas palavras dela: *“Agora eu estou batalhando para mim mesma”*. Comprou uma moto, que lhe permite entregar as encomendas dos bolos e beiju, assim como facilita seu deslocamento para levar produtos à feira e comprar os insumos para a produção na propriedade. Renata complementa: *“Quem chega em minha casa fica de barriga cheia, agora a comida não falta”*.

A quarta mulher do grupo, filha mais velha de 4 irmãos, teve que cuidar dos mais novos. Desde criança trabalhava na roça e na adolescência ficou grávida. Mãe solteira de dois filhos, passou muita dificuldade e situações em que não tinha alimentos para oferecer a seus meninos, nas palavras dela: *“É triste você ter um filho, ele pedir uma coisa e você não ter o que dar para ele, não ter o que dar de comer”*. Depois casou e junto com o marido, que para ela é uma benção, começaram a construir uma vida juntos, criando os dois filhos até que conseguiram comprar um pequeno lote. Não sabiam que existia esse tipo de projeto que oferecia serviços de ATER. Depois de entrar no PDHC, aprendeu que isso era possível, num lote pequeno, produzir de forma diversificada e aprender sobre custos de produção para poder comercializar na feira. Hoje ela e o marido produzem sal mineralizado para a venda, fazem hidropônicos, e ela prepara para vender na feira bolo de laranja, de maracujá, de macaxeira. Também recebe, pelo aplicativo do telefone, encomendas.

Para ela, o apoio recebido deu a oportunidade de oferecer aos seus filhos o melhor alimento possível. A comida não falta, quase tudo o que consomem provém de seu pequeno lote. Outro ponto que destaca é poder ter ferramentas para trabalhar na terra. Agora eles têm uma enxada, uma foice, uma pá. Por fim, outro desafio foi pertencer à comissão de jovens multiplicadores da agroecologia, iniciativa do Centro Sabiá, e participar do Foro de Mulheres do Agreste. Fazer parte desses espaços lhe ajudou a conhecer sobre agroecologia, conhecer outros jovens, outras mulheres e vencer os medos de interagir e se posicionar. Com isso *“consegue se libertar”*, como ela mesmo afirma.

Com o serviço de ATER, esse grupo de mulheres aprendeu a trabalhar com outras culturas e hoje, em suas propriedades, cultiva banana, laranja, maracujá, macaxeira, inhame e diversos tipos de hortaliças, têm galinhas e garante com essa diversidade de alimentos a alimentação de suas famílias. De igual forma, podem vender diversidade de

produtos na feira agroecológica de Orobó e os clientes as procuram por isso. Numa barraca, uma pessoa pode comprar mais de um produto de qualidade e sem agrotóxicos.

Para elas, receber a assessoria em suas propriedades e o apoio para vender na feira, que funciona às quintas-feiras, resolveu muitos de seus problemas. A feira, resultado de uma parceria entre o Centro Sabiá, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Prefeitura Municipal, permitiu a comercialização do excedente da produção, evitando a perda que costumavam ter e transformando esse excedente em renda. Com isso, as agricultoras puderam fazer novos investimentos, como a compra da moto ou do lote por duas delas. Para começar as vendas na feira receberam uma barraca e durante os três primeiros meses tiveram o apoio financeiro, por parte do Centro Sabiá, para o deslocamento desde suas comunidades até Orobó. Depois, mais autônomas, e quando a renda foi se multiplicando, puderam começar a pagar elas mesmas o transporte.

Para uma das técnicas do Centro Sabiá as ações desenvolvidas por eles em parceria com o PDHC facilitaram estruturar *“um grande guarda-chuvas, pois permite chegar às comunidades oferecendo os serviços de ATER e a partir deles vamos articulando outras ações, igualmente lideradas pelo Sabiá, o que leva a melhorar, não só os processos de produção, mas de processamento e de comercialização dos produtos dessas famílias”*.

A feira carrega um volume importante de significados. Os benefícios vão além da renda que ganham e gastam de forma autônoma. Inicialmente acreditavam que não teriam coragem para conversar com outras pessoas e oferecer o que produziam ou preparavam. Duas delas, sem saber ler, não sabiam como iam fazer as contas, mas essa limitação foi resolvida se apoiando nos filhos adolescentes. Agora elas conversam, vendem, oferecem, conhecem outras pessoas, trocam informações, aprendem e ensinam. Elas quatro são reconhecidas e valorizadas como agricultoras. Na fala de uma delas: [antes] *“a gente era escondido, sem ter a oportunidade de ser conhecido, agora somos. Foi uma oportunidade, ganhamos em liberdade, agora vamos felizes para a feira”*.

A experiência desse grupo de mulheres é similar ao caso da agricultora em Vertente do Lério, também atendida pelo Centro Sabiá, com recursos do PDHC. O Município pequeno tem 7.873 habitantes, dos quais 6.060 (77%) correspondem à população rural. São 483 estabelecimentos da agricultura familiar onde 174 são dirigidos por mulheres diretamente, 118 por homens. Em codireção pelo casal há 189 estabelecimentos. Restam dois estabelecimentos que são conduzidos, conforme o Censo

Agropecuário de 2017, através de um encarregado ou pessoa com laços de parentesco com o mesmo proprietário titular. Similar aos dados de Orobó, 25% dos respondentes do Censo do tipo agricultores familiares nunca visitaram a escola e 94% nunca tinham recebido serviços de ATER (IBGE, 2017)

O caso estudado em Vertente do Lério permitiu identificar que a agricultora faz a codireção de sua propriedade com o marido com quem mora e tem dois filhos. Com 48 pés de maracujá, sem saber muito como fazer, começou a vender sua produção no mercado em 2018. No ano seguinte, com a chegada da assessoria do Centro Sabiá, foi incentivada a plantar outras culturas consorciadas (milho e alface; couve, coentro e cebola; abacaxi e cenoura, tomate). A diversificação produtiva fez toda a diferença, sobretudo para sua autonomia econômica. Ter uma renda complementar à renda do marido, lhe permite, por exemplo, oferecer à sua família um dia de lazer. Além de melhorar o planejamento de sua propriedade e diversificar a produção, ganhou um espaço na feira do município de Surubim (a 16 km de Vertente do Lério) e conseguiu um melhor preço para comercializar o maracujá, passando a vendê-lo também de forma processada (polpa, suco, mousse, bolo, sorvete caseiro “dudu gourmet”).

*“Quando a gente teve a oportunidade de vender na feira, vendeu a um preço melhor por ser um produto de base agroecológica, temos cuidado com a terra, desde a preparação até a colheita, o que a gente vende na feira é o que a gente coloca em nossa mesa.”* (Entrevista com a agricultora).

Ela hoje é a vice-presidente da Associação de Agricultores Familiares de sua comunidade, o que abriu um espaço para ela ganhar autonomia e reconhecimento, por ela própria, pela sua família e pela comunidade.

Nos municípios de Vertente do Lério e Orobó, era a primeira vez que chegava o serviço de assistência técnica. Para elas, a equipe do Centro Sabiá chegou abrindo seus olhos - *“percebemos que muitas vezes é a falta de oportunidades, falta de orientação. Hoje temos orientações”* (Entrevista com agricultora em Orobó).

## **2.2 Território de Sertão Central em Ceará**

No território do Sertão Central encontra-se o município de Quixadá, que tem, segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2010) 80.604 habitantes, dos quais 29% moram nas áreas rurais. O Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) contabilizou 3.452

estabelecimentos da AF dos quais 1.931 são dirigidos por homens e 643 (19%) por mulheres. Em codireção pelo casal há 827 estabelecimentos. Os dados sobre escolaridade e ATER são igualmente desalentadores, como os registrados para os dois municípios do Agreste (PE). Do total de agricultores familiares, 32% não têm escolaridade e 93% nunca haviam recebido serviços de ATER.

A agricultora entrevistada em Quixadá é separada, criou sozinha seu filho e com muito esforço, juntando suas economias, comprou a terra onde hoje trabalha. Quase a totalidade dos alimentos consumidos pela família é produzida na propriedade (macaxeira, frango caipira, couve, angu, feijão de corda, sucos e sobremesas das frutas do quintal agroecológico). A unidade conta com estruturas produtivas diferenciadas: obras de alvenaria que foram pensadas para durar muito tempo sem precisar de manutenção, como o centro de um sistema agroecológico de criação de aves integrado com hortaliças. Também há um pequeno galpão para ovinos e suínos, que, por enquanto, não abriga mais os animais pois, informa ela, *“durante a pandemia, teve que diminuir a produção, pois não tinha como vender, a gente fazia era doar as hortas e legumes daqui para os que precisavam mais que a gente!”*

Como relatado por Campos Sá e Diniz (2022), ela passa a fazer parte do público atendido pelo PDHC em 2018, mas a assessoria começa a ser oferecida pelo CETRA a partir de 2019 até os dias atuais. A propriedade torna-se uma unidade agroecológica de referência para ela *“muito importante, pois fazia algumas coisas boas, mas os técnicos ajudaram a aprimorar”*.

A capacidade de resiliência e adaptação é outro elemento presente na experiência. No projeto produtivo original desenhado pela assessoria com a agricultora, o objetivo era aumentar a produção de ovinos, mas, com a pandemia, as estratégias foram reformuladas e o foco em garantir a segurança alimentar da família e assegurar renda com segurança sanitária na comercialização foram acertos que ambos (técnicos e agricultora) reportaram. Nas palavras da agricultora:

*“A horta é o que eu mais gosto, mas é assim, acordo de manhã e fico no quintal até a hora de preparar o almoço. Toma muito tempo, pois tem que cuidar de tudo, fazer as coisas que eles (a técnica e os técnicos do Cetra, organização dos serviços de Ater) me orientam. A gente tem que organizar a produção para levar para comercialização. Uma vez por mês a nossa turma vai à Fortaleza para vender na feira. Levo frutas, farinha, manga, e toda diversidade que tiver aqui... Antes era só o cheiro verde que eu tinha, erva cidreira e cajú. Eu planto meu*

---

*milho daqui mesmo. Eu guardo as sementes nos tubos e uso no ano seguinte. Os técnicos querem que a gente faça todas as sementes que puder aqui mesmo. Eu não posso morar numa terra dessa e ir à cidade comprar comida. Eu produzo comida de verdade aqui e a renda vem disso, hoje eu tenho meu conhecimento sobre a renda, as cadernetas (agroecológicas) me ajudam a saber tudo que eu faço. Essa caderneta me mostrou o significado do meu trabalho, hoje até penso que não sou mais uma agricultora, mas uma grande empresária.”*

A comercialização no município de Quixadá é feita no grupo de mensagens que a assessoria técnica idealizou para as feiras agroecológicas. Inicialmente era para organizar a logística e o planejamento da produção, mas com a pandemia, foi preciso ajudar os mais necessitados com as cestas solidárias e entregas para os consumidores. Hoje este aplicativo é a principal forma de comercialização. *As pessoas pedem e a cada quinze dias a gente vai à cidade entregar a produção. Eu boto no grupo aquilo que temos e as pessoas fazem seus pedidos. A Internet e o pix ajudaram muito...*

Além disso, ela vende na feira em Fortaleza, idealizada pelo CETRA. Funciona uma vez por mês e é a organização que financia o transporte dos produtores e seus produtos. Nesse local de comercialização têm maior rentabilidade e sentem que eles, como produtoras e produtores, são mais valorizados.

A experiência das feiras virtuais, dos fundos rotativos solidários e as combinações de inovações técnicas agroecológicas acumuladas pela assessoria do CETRA foi fundamental para que a agricultora assegurasse alimentos para sua família, para as trocas com as vizinhas, para fornecer para as cestas solidárias e ainda manter-se no mercado. O desafio para o CETRA neste contexto foi de levar assessoria de qualidade, com fortes laços de pertencimento e identidade com o território. Neste sentido, os técnicos selecionados para atuar com as famílias no Sertão Central eram em sua maioria moradores dos municípios desse território, provenientes de assentamentos de reforma agrária ou de comunidades rurais que enfrentavam os mesmos problemas que os beneficiários e foram responsáveis por assegurar a adaptação e a resiliência diante das dificuldades da pandemia para os agricultores.

Os depoimentos dessas seis mulheres de Pernambuco e Ceará coincidem ao afirmar que os três anos de serviços de ATER pelo centro Sabiá e pelo CETRA, contribuíram significativamente para que elas, suas famílias e as pessoas que compram seus produtos, tivessem acesso regular a alimentos saudáveis e diversificados. No meio da crise provocada pela pandemia de Covid-19, elas conseguiram, acatando todas as

recomendações de biossegurança, continuar produzindo e comercializando nas feiras dos municípios vizinhos.

Foram aproveitados recursos disponíveis nas propriedades e promovidas práticas de convivência com a seca. As atividades produtivas realizadas por esse grupo de mulheres, seu empenho e liderança fizeram com que suas propriedades fossem identificadas como unidades de referência, na expectativa de facilitar a troca de saberes e experiências, aproveitar os conhecimentos locais e aperfeiçoar soluções tecnológicas com a orientação das técnicas e técnicos dessas duas organizações parceiras do PDHC II.

Sem dúvida, organizações como o Centro Sabiá e o Cetra são importantes facilitadoras desse processo. Elas orientam o serviço de ATER para produzir comida de verdade<sup>2</sup> no convencimento que primeiro deve ser garantido o acesso regular e permanente do alimento em qualidade e quantidade suficiente para depois avançar com ações de comercialização dos excedentes, sejam processados ou para venda em natura.

Para essas organizações parceiras do PDHC, um ponto central é reconhecer as mulheres como sujeitos ativos dos processos produtivos. De fato, os dados da avaliação de impacto do PDHC são alentadores nesse sentido ao assinalar que houve um importante número de mulheres atendidas pelo projeto. O índice de participação de mulheres (iMu)<sup>3</sup> (MONITORA, 2022), indica a porcentagem em que as mulheres participam em ações comunitárias e ocupações exercidas em diversas atividades, tais como a agropecuária, comércio, serviço público, entre outras. Esse índice apresentou um impacto significativo ao evidenciar que o PDHC proporcionou um aumento no empoderamento das mulheres nas famílias beneficiárias em **28,4%** (cerca de 75 pontos acima do grupo controle). O impacto do PDHC foi ainda maior quando comparado aos grupos controle e beneficiários que receberam fomento do projeto. Nestes casos, enquanto os beneficiários apresentaram um número médio de 353 pontos, o grupo controle apresentou um valor médio de 264 pontos, evidenciando um aumento no empoderamento das mulheres de **33,8%** (cerca de 89 pontos acima do grupo controle).

---

<sup>2</sup> Entende-se *comida de verdade* da forma como foi definida na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada, em 2015, pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). “Comida de Verdade, como já anunciado no Manifesto à Sociedade Brasileira, não é refém dos interesses de mercado, não mata nem por veneno nem por conflito, erradica a fome, conserva a natureza, promove a paz entre os povos, garante a vida e a saúde” (Consea, 2018, p.8).

<sup>3</sup> Quanto maior o valor de iMu, melhor será a indicação de empoderamento das mulheres na unidade agrícola.

Outro número que cabe destacar nesta análise é o valor da renda não monetária calculada na avaliação de impacto a partir dos gastos financeiros evitados, ao longo do ano de 2021, por meio do consumo dos produtos de origem animal ou vegetal produzidos na própria unidade agrícola (Monitora, 2022). Para os beneficiários do PDHC essa renda foi de **10,6%** acima do grupo controle e de **32%** para o caso dos beneficiários que receberam recursos de fomento<sup>4</sup> (711 pontos acima do grupo controle).

Ainda, em relação à avaliação de impacto do PDHC (MONITORA, 2022), constatou-se que a escala de diversidade alimentar apresentou um impacto significativo. Enquanto os beneficiários apresentaram uma média de 5,81, o grupo controle apresentou uma média de 5,66. Portanto, o PDHC proporcionou um aumento na escala de diversidade alimentar dos beneficiários em **2,6%** (cerca de 0,15 acima do grupo controle). Como nos outros indicadores, o impacto do PDHC foi ainda maior quando comparado aos grupos controle e beneficiários que receberam fomento do projeto. Nestes casos, enquanto os beneficiários apresentaram um número médio de 6,10, o grupo controle apresentou um valor médio de 5,47, evidenciando um aumento na escala alimentar dos beneficiários com fomento em **11,3%** (cerca de 0,62 acima do grupo controle).

Esses dados apoiam as evidências coletadas a partir do diálogo com as seis beneficiárias do PDHC nos Territórios do Agreste (PE) e Sertão Central (CE). Nessas famílias, com uma forte liderança das mulheres, a SAN, o vínculo a mercados e a geração de renda, seja monetária ou não monetária, estão presentes. Embora, os dados da avaliação de impacto não sejam significativos em termos da superação da insegurança alimentar para o total de beneficiários pelo PDHC<sup>5</sup>, os casos dessas mulheres mostram que é possível avançar nesse sentido.

---

<sup>4</sup> O Programa foi estabelecido com os objetivos de estimular a geração de emprego e de renda, promover a segurança alimentar e nutricional (SAN) e dar impulso à participação dos beneficiários (em condições de pobreza e extrema pobreza) em formações sociais, educacionais, técnicas e profissionais, bem como promover a sua participação em associações e cooperativas. No Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, os agricultores recebem acompanhamento individualizado e continuado de técnicos agrícolas, que compartilham seus conhecimentos sobre formas de aumentar a produção, a qualidade e o valor dos produtos. O Programa também disponibiliza recursos não reembolsáveis para serem investidos na estruturação de suas atividades produtivas. Foi transformado em Lei 12512 em outubro de 2011 e regulamentado pelo Decreto 9221 em dezembro de 2017

<sup>5</sup> A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) indica o nível de insegurança alimentar da unidade agrícola, sendo que valores maiores indicam maior insegurança. A incidência de domicílios com insegurança alimentar grave no PDHC é de 11,4%, e a moderada + grave é de 29,4%, sem ter uma diferença significativa entre grupo de controle e beneficiários, mesmo entre os que recebem fomento. Um dos muitos fatores que podem explicar esses resultados é que o grupo controle, também extraído do CADUNICO, pode ter sido protegido por outras políticas que os “nivelaram” com o PDHC. De outro lado, as perguntas da Escala questionam as famílias entrevistadas sobre o acesso aos alimentos nos últimos três meses, período

### **3. DISCUSSÃO – aprendizagens e lições sobre autonomia, segurança alimentar. Ater e mercados**

#### **3.1 Sobre a autonomia**

*Que as mulheres não desistam, que não parem de lutar, sempre ir atrás de uma coisa boa. Sempre buscar a parceria com outras mulheres, é muito bom, uma ajuda a outra. Se libertar e ir para a rua com a gente (agricultora entrevistada em Orobó)*

A autonomia das mulheres, sobretudo a autonomia econômica, foi favorecida pela assessoria no campo da produção e da comercialização que, como é recomendado pela organização feminista *Sempreviva* (SOF, 2016) foi além da venda do produto para articular a produção ao autoconsumo, as trocas, as feiras e os grupos de compra. Para Jancz *et al* (2018), olhar para as práticas econômicas das mulheres rurais vai além da venda na feira, essas práticas estão vinculadas à qualidade de vida e aos alimentos saudáveis. O que se evidencia no grupo de mulheres atendido pelo PDHC é a relação que elas estabelecem com a vida e com um desenvolvimento em bases sustentáveis.

Em um curto período de tempo essas mulheres conseguiram se inserir nos mercados e reconhecer a importância que elas têm para a segurança alimentar e geração de renda de suas famílias. A combinação da assistência técnica, redes colaborativas de conhecimento e as intervenções inovadoras em processos produtivos, de mercados e gerenciais idealizados por organizações como Cetra e Sabiá, podem contribuir com a inclusão produtiva dessas comunidades e ser uma porta de saída para pessoas que, no Nordeste, vivem na linha de pobreza ou abaixo dela. O acerto em atender um público abaixo da linha da pobreza, de mulheres, com baixo grau de escolaridade e localizados em zonas semiáridas se evidencia nos casos das mulheres do Agreste em Pernambuco ou do Sertão Central no Ceará.

Houve ganhos significativos no fortalecimento das capacidades dessas mulheres para a venda e poder de negociação, mas se tivessem sido dedicados maiores recursos financeiros, técnicos e de tempo nos processos organizativos, certamente haveria avanços

---

que pode ter sido influenciado pelos efeitos da pandemia pela Covid -19. Por fim, sem que chegue a ser um dado alentador é importante registrar que os resultados da Rede PENSSAN (2022) são muito piores que os calculados para os beneficiários do PDHC. Conforme o inquérito recentemente publicado por essa Rede no Nordeste rural há 22,6% pessoas em IA grave e 43,6% em IA moderada + grave.

na diversificação dos locais de venda, uso dos produtos gerados, como na diversificação dos clientes, bem como amenizar o risco de focar numa única fonte de renda, como é recomendado por Jancz e colaboradoras (2018).

Na dimensão organizacional, as mesmas autoras destacam a relevância de melhorar o acesso desses grupos a informações que lhes permitam conhecer mais, não apenas sobre aspectos produtivos, mas também sobre preços, quantidades e condições de venda. Nesse quesito, ainda, é necessário aprofundar as ações de ATER, ações que podem ser melhor desenvolvidas se realizadas de forma coordenada com outras organizações e programas.

É necessário continuar com ações que equilibrem a divisão sexual do trabalho, valorizem o papel das mulheres nos processos produtivos e vejam sua relevância na garantia da segurança alimentar de suas famílias e comunidades. Como afirmado pela ACCV, essas ações favorecem uma “apropriação social do sistema alimentar em suas distintas dimensões” (2022 p. 8).

As trajetórias dessas mulheres indicam processos longos de superação, luta e resistência. Existem elementos da história delas que devem ser reconhecidos. O sucesso dessas mulheres responde à confluência de um conjunto de fatores e ao interesse delas de aproveitar as oportunidades que lhes são oferecidas. Não há um único caminho para a inclusão produtiva e social. As ações que sejam empreendidas, independente do vetor ser ATER, auxílios emergenciais, fortalecimento das bases organizativas ou acesso a mercados, devem ser articuladas e coordenadas.

Também foi possível identificar que houve ganhos de autonomia nas decisões sobre o manejo da propriedade. Os dados sobre direção dos estabelecimentos pelas mulheres nos municípios de Orobó e Vertente do Lério, são indicativos dos resultados positivos das lutas de maior longo alcance exercidas pelas mulheres no Agreste de Pernambuco. A igualdade de gênero implica discutir sobre relações de poder que se manifestam em diferentes espaços onde as mulheres estão inseridas e onde as “assimetrias de poder são reveladas” (FAVARETO e CARNEIRO, 2017, p.19).

### **3.2 Sobre a SAN e geração de renda**

*Temos mais qualidade de vida, a gente se alimenta e comercializa aquele produto sem veneno. Nós começamos para a*

*gente, começa do início, de pouquin que vai aumentando [...] Quando a gente começou tinha só o maracujá, mas a ATER incentiva. Agora vai para o suco, para a polpa, para o bolo...e a gente consegue comercializar também (Agricultora entrevistada em Vertente do Lério\_*

Apesar dos choques externos, como a pandemia pela Covid-19, essas famílias conseguiram manter o acesso à comida de verdade. As experiências estudadas, embora poucas e dispersas, carregam um conjunto importante de lições que podem ensinar sobre práticas e atitudes que ajudaram a contornar os bloqueios causados pela pandemia e garantir o alimento no prato de suas famílias e de outras famílias próximas a suas propriedades. Isso, graças à produção diversificada de alimentos em suas parcelas, como a geração de renda pela venda de seus produtos em mercados locais e por meio digitais.

Em relação ao tema produtivo, vale muito à pena destacar as ações pela diversificação de alimentos e de fontes de renda. Isso gerou estabilidade nos ingressos das famílias e na autonomia das mulheres, o que ficou claro nos momentos críticos do isolamento social por causa da pandemia pelo Covid-19. Apesar dos obstáculos gerados para o abastecimento alimentar, os casos estudados mostram que houve como contornar essas dificuldades e, apesar de diminuir os volumes de produção, puderam manter um volume mínimo de ingressos e uma quantidade suficiente de comida de verdade na mesa de suas famílias.

Essa realidade não se viu refletida na maioria dos beneficiários do PDHC, conforme resultados da avaliação de impacto. Mereceria ampliar o número de casos observados para entender quais foram os bloqueios que levaram a essas famílias a essa situação de não superação da IA.

Redes de apoio e de articulação entre agricultores e agricultoras ajudam na SAN dessas famílias e na troca de informações para melhorar seus sistemas produtivos e geração de renda. Por exemplo, a rede de agricultores experimentadores promovida pelo CETRA ajudou a agricultora entrevistada em Quixadá a se inserir nas dinâmicas sociais do território e vender seus produtos na feira em Fortaleza.

Por último, destaca-se a importância da renda não monetária. A segurança alimentar e nutricional das famílias e das comunidades e está relacionada com a produção econômica não monetária das agricultoras. Esse fato deve ser reconhecido pelo Estado e pela sociedade, implementando políticas públicas direcionadas para essas agriculturas (TELLES E ALVARENGA, 2021).

### 3.3 Sobre ATER e a perspectiva agroecológica

*Coragem a gente tem para trabalhar. E agora com essa oportunidade de ter quem oriente a gente, sobre que e como produzir fica muito bom [...] a gente não tinha esse plano, esse pensamento de vender. Eu mesma, quando Eliane chegou e falou vou botar uma barraquinha para vocês eu passei um bocado de dias sem dormir. [...] Como é que eu vou vender, como é que vou para rua a vender se nunca vendi. Agora não, é feliz da vida para participar na feira, a gente fez amizade, estamos com as colegas, aprendendo, conversando, é uma liberdade. É uma liberdade que a gente teve a mais do que vivia (Agricultora entrevistada em Orobó).*

Para uma das técnicas do centro Sabiá, trabalhar desde uma perspectiva agroecológica vai além de ensinar técnicas para não usar agrotóxicos ou não queimar o mato. Dar visibilidade às mulheres faz parte dessa perspectiva e para isso começam reconhecendo seus saberes, suas práticas, seus anseios. O Centro Sabiá e o CETRA reconhecem, como já evidenciado nos estudos liderados por Weitzman e colaboradoras (2021), que na prática agrícola as mulheres compartilham, no processo de “aprender fazendo”, seus conhecimentos, os quais circulam e são constantemente renovados a partir das relações sociais.

Escapa aos propósitos deste documento revisar a evolução dos conceitos e práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural. Entretanto, é notório que “a extensão não é mais apenas sobre homens de agências agrícolas do setor público andando em motocicletas conversando com agricultores”, como afirma Ian Christoplos (2010, p. 2). No Brasil a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) estabelece princípios que são seguidos por muitas das organizações que executam esse usando metodologias participativas e atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável (Brasil, 2010).

Nesse sentido é a atuação do Cetra e o Centro Sabiá. Essas organizações executoras ampliam o horizonte das famílias mediante o serviço de ATER que chega para complementar, incentivando-as mediante ações diferenciadas para as mulheres, nas quais se propicia sua autonomia financeira, o que, por sua vez, potencializa suas capacidades para fazer parte de outros espaços de decisão, além da dimensão reprodutiva da família. Um dos fatores de sucesso identificado pelo Centro Sabiá é ter conhecimento e inserção

nos territórios para favorecer a aproximação com os beneficiários e a criação de vínculos de confiança e cooperação com eles.

A ATER contribui com a segurança alimentar e nutricional das famílias a partir do acompanhamento técnico da produção, do estímulo à produção, sobretudo provocando trocas entre as famílias, seja nas propriedades ou nas feiras. Ao articular o PDHC com outras ações desenvolvidas pelas organizações executoras, se favorece a continuidade da assessoria, além dos tempos estabelecidos pelo próprio PDHC. Um ponto crucial, como destacado pelo centro Sabiá é a articulação e trabalho conjunto com as associações comunitárias e sindicatos desses territórios, para identificar e garantir a inclusão de beneficiários que nunca tinham sido atendidos por serviços de ATER – incluir aos mais excluídos. Além disso, estão vinculados a outras estratégias organizativas que lhes permitem aceder a recursos como, por exemplo, do fundo rotatório administrado por Sabiá, que permite aos beneficiários melhorar seus sistemas produtivos, bem como fazer parte de redes com uma forte incidência política no Semiárido como é a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA).

De outro lado, ao observar o trabalho realizado pelo Centro Sabiá com recursos do PDHC, sob a ótica das dimensões que envolvem a noção de segurança alimentar e nutricional, é possível afirmar que nessas famílias a diversificação da produção favorece a disponibilidade do alimento e a troca, mediante as redes locais de abastecimento. Da mesma maneira, as orientações para avançar nos processos de transição agroecológica contribuem com a sustentabilidade social e ambiental dos sistemas agroalimentares. Os processos de transição agroecológica não se resumem a mudar as maneiras de produzir, eles visam diminuir as diferenças de gênero e geração.

Especificamente em relação aos serviços de ATER, vale destacar a importância de metodologias diferenciadas para trabalhar com grupos específicos, como mulheres, combinando produção, comercialização e organização dos grupos de mulheres.

Outro ponto que merece destaque das ações do Cetra e o Centro Sabiá é formação de redes de agricultoras e agricultores experimentadoras (es) e projetos que têm, na agroecologia, suas bases de ação e reflexão. Essas redes permitem ir além dos tempos estabelecidos pelos programas e projetos federais e ajudam a contornar os possíveis impactos causados pelas mudanças nos programas conduzidos desde o nível federal.

Por fim, a territorialização de sistemas alimentares se apresenta como uma grande questão nos casos analisados. Luta pelo território, conformação de circuitos curtos de

comercialização, produção e procura por alimentos saudáveis, fortalecimento da relação entre o campo e a cidade são formas de estruturar sistemas agroalimentares sustentáveis.

Na diversidade, esse conjunto de experiências nos ensina a importância das parcerias entre comunidades, empresas prestadoras do serviço de ATER e os programas públicos. Grupos motivados pelo princípio da solidariedade e conduzidos por ações coletivas trabalham em redes de cooperação, resolvendo algo tão urgente e prioritário como assegurar alimento de qualidade às próprias comunidades ou a outros grupos vulneráveis.

Essas transformações estão sendo construídas, com muita dificuldade, desde a base. É necessário dar-lhes visibilidade, valorizá-las, resgatá-las e acreditar nelas. A transição dos sistemas alimentares para sistemas sustentáveis, a necessária divisão sexual do trabalho, a garantia da segurança alimentar e nutricional e a valorização de indicadores de mudança que alcancem além da dimensão econômica, são os desafios que estão postos.

Os casos de mulheres nordestinas dos municípios de Orobó e Vertente do Leiro em Pernambuco e Quixadá no Ceará, beneficiadas pelo Projeto Dom Helder Câmara, oferecem ideias para a transformação dos mundos rurais brasileiros ensinando sobre a multidimensionalidade que está por trás desse desafio.

#### **4. CONCLUSÃO**

Coordenação entre programas, articulação de políticas, cooperação entre atores, inovação produtiva e social, parecem ser as palavras-chave do sucesso dessas intervenções. A crise institucional, política e sanitária pela que passa a humanidade nestes tempos traz consigo um aumento das desigualdades, da pobreza e da fome. Os casos estudados dão indícios de que muitas das estratégias desenhadas podem assinalar caminhos para a transformação dos territórios rurais. Mas, essas mesmas evidências indicam que não é uma única ação que gera os bons resultados.

Se faz necessária a formulação e articulação de políticas públicas que ampliem o horizonte de atuação das mulheres mediante a conquista de atividades produtivas diversificadas, como a variedade de espaços de comercialização e/ou troca. Essas políticas devem estar sustentadas em princípios que propiciem o resgate de conhecimentos tradicionais, as realidades dos contextos territoriais e busquem a articulação de dimensões econômicas, culturais e ambientais. Um exemplo da necessária

articulação entre políticas está na relação que existe entre SAN e segurança hídrica. 42% das famílias em insegurança hídrica estão também sujeitas à fome. Essa carência, de dois elementos vitais para a vida, destaca-se nas famílias rurais (Rede PENSSAN, 2022).

O panorama atual em matéria de mudanças climáticas, fome, desigualdade e pobreza exige atuações rápidas e articuladas. A chamada é para apoiar programas que incentivem a diversificação produtiva, a participação da sociedade civil organizada e a valorização dos circuitos curtos, enraizados nos territórios, protegendo seus recursos naturais e culturais. Seguindo as recomendações do projeto ACCV (2022), é importante, nesse sentido, colocar o foco de atenção e intervenção em sistemas que combinam a utilização de recursos sociais, ecológicos e econômicos e caracterizam-se pela conformação de redes territorializadas de produção e abastecimento alimentar que operam com mecanismos de governança descentralizados, com a participação das organizações sociais e suportados em práticas emancipatórias (ACCV, 2022).

Valorizar o protagonismo da sociedade civil na promoção de modelos de produção, formas de comercialização e de acesso à comida de verdade, sobretudo, para vencer as desigualdades de gênero e raça, levando em conta o papel central que as mulheres têm na estruturação de sistemas alimentares sustentáveis (ACCV, 2022).

Muito deve ser feito, ainda, para diminuir as desigualdades de gênero. Seguindo as recomendações de Favareto e Carneiro (2017), sugere-se escutar as mulheres rurais para a elaboração de políticas públicas que sejam pautadas pela diversidade de realidades dos mundos rurais brasileiros. Identificar como são dadas as relações de poder e as desigualdades que geram. Deve-se compreender que as atividades do cuidado e domésticas são parte do processo produtivo, sendo necessário para quebrar a dualidade expressa nos papéis de gênero” (p. 19).

É importante avançar na formalização de associações ou formas coletivas de mulheres que favoreçam a agência delas em espaços sociais caracterizados pelo domínio masculino, como é o caso do mercado. Experiências de grupos de mulheres mostram que essa formalização lhes permite, além de fortalecer o vínculo de solidariedade entre elas e propiciar a troca de experiências e conhecimentos, acessar a políticas públicas que, como o caso das compras públicas cumprem o duplo objetivo de garantir a SAN e a geração de renda. As evidências existem, mas ainda são poucas e dispersas. Faz-se necessário identificar outros casos de unidades de referência que permitam compreender os fatores de sucesso para poder avançar no escalonamento dessas boas práticas.

A autonomia do grupo de mulheres que participaram deste estudo é fortalecida pela valorização de seus conhecimentos na implementação dos serviços de ATER que não seguem um modelo universal, mas, pelo contrário, são adaptados às condições específicas dos diversos territórios e culturas. Esse serviço deve ir além da entrega de uma técnica agrícola em sentido estrito, vencendo a orientação difusionista pela qual supostos detentores de conhecimento os transferem a produtoras sem reconhecer ou valorizar os saberes das mesmas, muitas vezes mais sólidos quanto às particularidades dos respectivos territórios.

## REFERÊNCIAS

ÂÇÃO COLETIVA COMIDA DE VERDADE (ACCV). Contribuições para o debate sobre abastecimento alimentar no Brasil. Possibilidades futuras e demandas de políticas públicas. Publicado em abril de 2022. Disponível em: <https://acaocoletivacomidadeverdade.org>. Acesso em 20 de abril de 2022.

ÂÇÃO COLETIVA COMIDA DE VERDADE (ACCV). Comida de verdade em tempos de pandemia: resultados de pesquisa e indicativos de ação projeto “Covid-19 e sistemas agroalimentares no Brasil: quais saídas para um futuro melhor?” Publicado em setembro de 2021. Disponível em: <https://acaocoletivacomidadeverdade.org>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

ÁVILA, Mario Lúcio de; MIRANDA FILHO, Reinaldo José de (Coord.). Relatório: aferição dos indicadores do marco lógico: questionário online novembro – dezembro/2020. Brasília: Projeto Monitora, 2021. Disponível em: <<https://www.cegafiunb.com/2022/05/16/afericao-dos-indicadores-do-marco-logico-questionario-online-novembro-dezembro-2020/>>.

BRASIL. MINISTERIO DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. Projeto Dom Helder Câmara, POA, 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater.

CAMPOS SÁ, Andréa; DINIZ, Paulo César. Tecendo histórias de resistência. Relatório de visita de campo Projeto Tipologia da Inclusão Produtiva Rural (RETE). Em elaboração, Campina Grande, 2022.

CHRISTOPLOS, Ian. Mobilizing the potential of rural and agricultural extension. Rome: FAO/GFRAS, 2010.

FAO. Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: FAO, 2017.

FAVARETO, Ariane; CARNEIRO, Maria José. **Políticas públicas e as mulheres rurais: análises recentes das ciências sociais brasileiras.** Textos GPAC – Pesquisas nº 4. Projeto de Cooperação Técnica UTF/BRA/083/BRA. Rio de Janeiro, 2017.

FAVARETO, Ariane. Quando o ambiente produtivo passa a ter rosto de mulher: o programa nacional de alimentação escolar e sua incidência na igualdade de gênero. *In: IX Encontro da Rede de Estudos Rurais. Evento online. Anais, 2021.*

FOLHA DE S. PAULO. **Volta do Brasil ao Mapa da Fome é retrocesso inédito no mundo, diz economista.** Matéria assinada por Suzana Petropouleas 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml?fbclid=IwAR2FVURxqfuDCc82hGf1ORlcv6C4I9-q2\\_BCM1kkHXhli\\_uhzTOaZ0r-vFY](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml?fbclid=IwAR2FVURxqfuDCc82hGf1ORlcv6C4I9-q2_BCM1kkHXhli_uhzTOaZ0r-vFY). Consultado em janeiro/2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IFAD. Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido. Projeto Dom Helder Câmara. Relatório de desenho final do Projeto. IFDA, 2013.

JALIL, Laetícia. Agroecologia o poder feminino e as questões socioeconômicas. Mesa redonda (online) Universidade de Brasília, 20 de abril de 2022.

JANCZ, Carla; MARQUES, Gláucia; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; MIRANDA, Rosana; SAORI, Sheyla. Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira. São Paulo: SOF, 2018. 84p.

MONITORA. Avaliação de impacto do PDHC. Relatório em elaboração. Brasília, 2022  
PAULO, Maria de Assunção; WANDERLY, Nazareth. Jovens rurais de Orobó: a realidade do presente e os sonhos para o futuro – pesquisa exploratória. *In: SCOTT, Parry.; CORDEIRO, Rosineide. Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas.* Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

QUISUMBING, Agnes *et al.* Women’s empowerment, food systems, and nutrition. Papers of the 2021 Rural Development Report. IFAD Research Series, nº 74, 2022.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]:II VIGISAN : relatório final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

SEN, Amartya. Capacidad y Bienestar. *In: NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya (compiladores). La Calidad de Vida.* México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

SOF – Sempreviva Organização Feminista. *Mulheres do campo construindo autonomia: experiências de comercialização*. São Paulo: SOF, 2016.

TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila. As cadernetas agroecológicas: uma perspectiva feminista sobre a economia das agricultoras no Brasil. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam (ORG). *Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas*. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

WEITZMAN, Rodica; SCHOTTZ, Vanessa; PACHECO, Maria Emilia. Mulheres construindo a agroecologia: caminhos para a soberania e segurança alimentar e nutricional. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam (ORG). *Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas*. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.